

Ana Clara Machado Fleury

Arquitetos da Comunidade

Um Documentário Sobre Assessoria Técnica
em Habitação de Interesse Social
e o Poder Público

Arquitetos da Comunidade

Um Documentário Sobre Assessoria Técnica
em Habitação de Interesse Social
e o Poder Público

Ana Clara Machado Fleury

13200585

graduanda

Prof. Raphael Grazziano Dr.

orientador

Trabalho de Conclusão de Curso

em Arquitetura e Urbanismo

UFSC / Florianópolis / 2022.2

“Ela não compreende que a favela é obra de rico.
Os pobres não podem pagar os preços exorbitantes
que os ricos exigem pelo aluguel de um quartinho.
E não podem ficar ao relento.”

(JESUS, 1961, p.175)

“Ah! comigo, o mundo vai modificar-se.
Não gosto do mundo como ele é.”

(JESUS, 1986, p.106)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer a todas as forças do Universo que guiaram, iluminaram, protegeram e abençoaram esta jornada.

Este trabalho não seria possível sem a influência da minha mãe, assistente social, que desde a infância me causou admiração por seu trabalho com as populações mais oprimidas pelo sistema.

Também não seria possível sem o apoio das minhas irmãs Olga, Bárbara, e irmão Marcelo. Obrigada avós Xande (in memória) e Cleusa, por me ensinarem a ter amor pela humanidade. Obrigada pai, vó Dita, vó César (in memória), pelo suporte e pelas oportunidades. Pequena Valentina, obrigada por ser fonte de carinho e renovação.

Um gigantesco obrigado a todos os entrevistados neste trabalho, pela confiança e inspiração. Tenho grande admiração pelo trabalho de todos vocês.

Muchas gracias Pedro Zacarias, prof. Lourdes Rizo, Dr.C. Zenaida Salas, prof. Luis Alberto, e todos os trabalhadores da Universidade do Oriente e da Universidade Federal de Santa Catarina, que fizeram o intercâmbio em Cuba possível.

Aliás, este trabalho não aconteceria sem a configuração física da UFSC, que agrega diferentes cursos à disposição de uma pequena cidade universitária, o que me possibilitou uma graduação rica e diversa.

Muchas gracias à minha família cubana Cora, Roli, Nori e Dora, por me abrigarem em Santiago de Cuba com tanto carinho. Jamais serei capaz de expressar toda a minha gratidão.

Muchas gracias à mi compañero Diorvis Fabars pelo carinho, amor e apoio incondicional desde o dia em que nossas vidas se cruzaram.

Muchas gracias Guel Varalla, técnico responsável pelo Laboratório de Cinema da UFSC, e todos os professores e colegas do curso de Cinema UFSC principalmente das turmas de 2017.1 e 2018.1, que me acolheram nas disciplinas de Fotografia. Sem este acolhimento com certeza minha paixão pelo cinema não teria buscado encontrar seus caminhos.

Obrigada ao grupo CineARQ por mudar a minha vida e colorir a minha jornada. Foram muitas pessoas que passaram por este cineclube e enriqueceram as discussões semanais que fazíamos.

À prof. Ágata Lechner, por me ensinar espanhol com carinho e amizade.

À todas as amizades feitas durante esses 10 anos de graduação, Thayse, pelo apoio, acolhimento e parceria, Mara, por toda sua luz e amizade, Mário, pelos abraços e risadas, Felipe, pela companhia maravilhosa, Alex, Miguel, Keven, Helena, Larissa, Giovana, o carinho construído por vocês é eterno e auxiliou a chegada até esta reta final.

Obrigada grupo G.O.T.A. (Grupo Organizado de Teatro Anarquista), em especial Cassi, Du e Samantha por serem fonte de direcionamento, acolhimento e esperança durante este trabalho e nos momentos mais difíceis desde que nos encontramos em 2018.

Aos meus pilares goianos nesta vida: Mariana e Stela. Sâmara (in memória), Ana Laura e Thais, obrigada pela amizade e força.

Sou extremamente grata ao meu orientador, prof. Raphael, pela paciência e assertividade. Foi uma sorte muito grande e uma honra ter sua orientação.

À todos os pesquisadores na luta por uma sociedade mais justa que fizeram este trabalho possível, auxiliando a construir o conhecimento através da ciência.

À Selma Diaz, arquiteta cubana que iniciou o programa "Arquitectos de la Comunidad". Fui à Cuba na esperança de entrevistá-la, e com enorme tristeza recebi a notícia de sua passagem em 2018.

RESUMO

A lei federal 11.888 (Lei de ATHIS), decretada em 2008, tem como objetivo assegurar, às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para projeto de habitações de interesse social, com regulamentação de fundos que garantam construções de qualidade para estas populações (Brasil, 2008). No entanto, o acesso ao direito à moradia digna ainda está muito distante de grande parte da população brasileira. O objetivo deste trabalho é registrar os estudos realizados para a produção do vídeo-documentário "Arquitetos da Comunidade - Um Documentário sobre Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social e o Poder Público". Para o desenvolvimento deste material audiovisual foram analisadas as demandas da Comunidade do Mocotó, em Florianópolis, os projetos desenvolvidos pela CODHAB/DF na Comunidade Sol Nascente, no Distrito Federal entre 2015-2018, e a criação de um sistema nacional de assessoria técnica em habitação "Arquitectos de La Comunidad", em Cuba, no período entre 1994 a 2010. Nesse sentido, esta pesquisa tem o intuito de ampliar e difundir o debate sobre o papel arquiteto e os arranjos do poder público dentro das possibilidades da lei ATHIS: tanto em relação aos obstáculos, quanto ao potencial de uma atuação próxima às comunidades de baixa renda no horizonte da construção de cidades justas e democráticas.

PALAVRAS CHAVE: ATHIS, Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, cinema documentário, "Arquitectos de la Comunidad".



FIG. 1: Alguns dos entrevistados para este trabalho: da direita para a esquerda: prof. Lino Peres, Moises Nascimento, Gilson Paranhos, Flora Martinez, e prof. José Antonio Boudet, com sua filha, neto, e a arq. Martinez. Fonte: elaboração própria.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	07
Apresentação do Tema	09
O Processo do Trabalho Audiovisual	10
Florianópolis: O Morro do Mocotó	12
Brasília: A Experiência da CODHAB	13
Cuba: A Experiência dos "Arquitectos de la Comunidad"	15
Considerações Finais	17
Bibliografia	17
Anexos	19

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o final de 2013, ainda caloura, fui atraída pelo Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA-UFSC), em que construí a maior parte dos meus laços de amizade durante a graduação. Este projeto de extensão universitária trouxe aprendizados e frustrações. As discussões que perpassam estes espaços acadêmicos, como em relação ao Direito à Cidade, ATHIS, direito à moradia digna através de ocupações organizadas por movimentos sociais, entre outras, sempre me encantaram. No entanto, me causava uma certa angústia questões tão pertinentes à população estarem tão distantes dela.

Assim, a partir das experiências que tive na Universidade, passei a acreditar que transformar o TCC em um documentário, um formato um pouco diferente da linguagem estritamente acadêmica, talvez deixe mais acessíveis algumas dessas discussões. Não sei exatamente quando começou esta ideia. Máquinas sempre me fascinaram desde a infância, e sempre quis ter a oportunidade de manusear uma boa câmera ou uma filmadora. Foram pouquíssimas as vezes que cheguei perto deste sonho.

Ainda lembro quando, em 2014, a Julia Milan colocou sua câmera na minha mão e me incubiu de fotografar os estudantes que estavam organizando o SENEMAU-Floripa (Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo). Confesso que fiquei emocionada, alguém colocando uma câmera na minha mão e me dando uma tarefa? Tentei fazer o melhor possível com a oportunidade.

Muito tempo depois, amigos de Goiânia me incentivaram a cursar fotografia, e em 2017 iniciei a disciplina de Fotografia I, no curso de Cinema da UFSC, em que fui muito bem acolhida. No mesmo período, iniciei as aulas de espanhol e fui bolsista do projeto de extensão CineARQ, em que fazíamos discussão e exibição de filmes, com a temática de 2017 sendo cinema latino-americano. Neste ano observei a enorme potencialidade do Cinema em levantar discussões, e foi nesse ambiente que aprendi a sentir o meu coração bater mais forte.

Descobri um mundo novo. Com Eduardo Coutinho, Patricio Guzmán, Ruy Guerra, Moreira Salles, Nan Goldin, Marjani Sartrapi, Ana Lily Amirpour, Claudia Llosa. O cinema era muito mais que os filmes que eu passava horas na locadora escolhendo quando adolescente. Aproveitei ao máximo a oportunidade de aprender a utilizar as câmeras do Labcine (UFSC) durante a disciplina de Fotografia.

Nota 1: Os Escritórios Modelo de Arquitetura são um projeto de extensão universitária, conceituado e fomentado pela FENEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), que visa desenvolver projetos com comunidades organizadas, de forma horizontal, multidisciplinar e sem caráter assistencialista (FENEA, 2007).-

No segundo semestre de 2019 participei da disciplina de ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) e através dela iniciaram os trabalhos com a Comunidade do Mocotó. Moises Nascimento, morador da comunidade, nos trouxe três demandas inicialmente: o desenvolvimento de dois projetos arquitetônicos e um urbanístico, e logo no início dos levantamentos percebemos a necessidade de não apenas realizar uma documentação visual do trabalho, mas um documentário contando a história da comunidade que ajudasse a fortalecer o vínculo entre os moradores.

No entanto, os trabalhos com o Mocotó foram interrompidos pela pandemia de Covid-19 em 2020, o que causou muita tristeza a todos. No início desse ano, a Polícia Militar assassinou quatro moradores, causando indignação e a mobilização da comunidade em diversos atos, pelo fim da violência e da hostilidade policial, por vacinas - e por políticas públicas de qualidade. A preocupação com o terrorismo de Estado que ocorre nas favelas brasileiras é desesperadora e constante.

No final de 2020 voltei para minha cidade natal, Goiânia, e acompanhei de longe os Trabalhos de Conclusão de Curso das minhas companheiras de disciplina Natália Baltensberg e Sabrina Berticelli, que, juntamente com Moises, desenvolveram um dos três projetos que estavam em andamento, e fizeram o levantamento da historiografia oral da Comunidade.

No segundo semestre de 2021, iniciei o TCC1, ainda em período pandêmico. A ideia inicial era fazer uma pesquisa acerca de Políticas Habitacionais na América Latina. Com o aprofundamento das investigações e a necessidade de recortes mais específicos, fui me aproximando do programa Arquitectos de La Comunidad, desenvolvido em Cuba desde os anos 1994. Logo, consegui o contato de um estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oriente (que possuía convênio com a UFSC até então). Pedro Zacarias me colocou em contato com a Universidade e tive a oportunidade de cursar "Patrimônio Histórico" na U.O.

Ir para Cuba foi um enorme desafio. Primeiro, renovar o convênio entre a UFSC e a U.O. Todas as questões financeiras. Viajar sozinha para um país em que até então não tinha muitas informações a respeito. Muitas notícias encontradas no Google sobre Cuba eram alarmantes, e precisei de bastante coragem e sede para conhecer os Arquitectos de La Comunidad.

Logo que coloquei os pés para fora do aeroporto de Havana, soube que todas as minhas ideias pré-estabelecidas iriam mudar. O ar da cidade, as palmeiras reais cubanas, a música que tocava no táxi, e as observações à paisagem urbana me deram a certeza de que os documentários que eu havia visto sobre a ilha até então eram apenas uma minúscula fração da realidade.

Atravessei o país no ônibus para estrangeiros - Viazul, e cheguei à Santiago de Cuba, onde fiquei impressionada com a hospitalidade da população. Passei maio e junho na cidade cursando disciplinas da universidade, e em julho realizei o retorno à Havana utilizando Viazul, ônibus para locais (graças ao visto estudantil), e meios de transporte alternativos. A maior parte do tempo sozinha, fazendo amizades pelo caminho, com dois tripés, uma câmera, duas lentes, uma grande e ágil mala, e o computador sem backup. A internet da empresa estatal cubana Etecsa tem boa cobertura no país, mas ainda é muito lenta.

Nesta volta, passei pelas cidades de Holguín, no oriente cubano, seguí para Trinidad, Cienfuegos, Santa Clara, retornei à Trinidad pois me encantei com a família que me hospedou e com a cidade, e depois finalmente retornei à Havana onde fiquei por sete dias até o regresso ao Brasil.

No início da viagem foi um pouco difícil sair para realizar registros fotográficos. Em Santiago de Cuba, meu companheiro Diorvis me acompanhou em caminhadas fotográficas, auxiliando a construir o sentimento de liberdade.

Ser mulher e profissional em um mundo masculino, machista e patriarcal tem seus desafios específicos. Mas uma fonte de força inesperada também me inspirou: muitas vezes, enquanto estava realizando registros, meninas me pararam com curiosidade, admiração, e uma vez até mesmo pedindo que fizesse um retrato delas. Me perguntavam sobre minha profissão e meu país.

Apenas no final de junho, em Santiago de Cuba, que comecei a realizar as entrevistas. Não tinha muita experiência, até tentei ter alguma cobaia, mas a primeira pessoa a ser entrevistada foi a arquiteta Tânia Vilarino. No outro dia, Flora Martinez e Alberto Campos. Estas entrevistas foram muito agradáveis e me deram forças para acreditar no meu trabalho. Antes disso eu havia sonhado cinco vezes que retornava à Goiânia sem nenhum material, não tinha ideia se seria capaz.

No retorno ao Brasil, o desafio da edição: me dediquei a estudar sobre o assunto e me aprofundar mais nos softwares que auxiliam este tipo de trabalho. O caminho de aprendizado ainda é longo, mas fiz o meu melhor para que a mensagem deste TCC seja passada.

Dentro do contexto deste trabalho, tive a oportunidade de ir à Brasília apenas uma vez, por uma tarde. Entrevistei os arquitetos Gilson Paranhos, Leandro Fernandes e Fabiana Gonçalves. Leandro me levou para visitar duas obras em fase de andamento e uma em fase de conclusão na Região Administrativa Cidade Estrutural, sua área de trabalho. Como minha investigação teve foco nos trabalhos desenvolvidos na Comunidade Sol Nascente, na periferia da Ceilândia, não realizei registros audiovisuais destas visitas, na esperança de ter a chance de voltar e realizar no local de minha pesquisa.

Fui à Florianópolis no final de novembro de 2022, na intenção de realizar entrevistas com Moises Nascimento, morador da Comunidade do Mocotó e membro fundador da Frente Juventude Voz da Favela, o professor Lino Peres e a professora Maria Inês Sugai. Neste período também conheci outra membro fundadora da FJVF que se disponibilizou a dar uma entrevista, Liznaria Souza. No entanto, as devastadoras chuvas que ocorreram na cidade atrapalharam os planos e as entrevistas de Sugai e Souza ficaram para uma outra oportunidade.

Assim, apresento aqui um pouco do processo de construção do vídeo-documentário dividido em três partes:

Apresentação do Morro do Mocotó no contexto da cidade de Florianópolis e algumas de suas demandas;

Breve análise do trabalho de assistência técnica em arquitetura desenvolvido pela CODHAB/DF no período entre 2015-2018 na comunidade Sol Nascente;

Breve análise do programa Arquitectos de la Comunidad em Cuba, com foco na cidade de Santiago de Cuba.



FIG. 2: Mapa dos trajetos realizados durante o intercâmbio. Fonte: elaboração própria.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Regional em 2019, cerca de 50% dos imóveis no Brasil têm algum tipo de irregularidade, o que corresponde a aproximadamente 30 milhões de imóveis sem escritura. Parte destas construções irregulares pertencem às classes de renda mais alta da sociedade, sendo compostas até por condomínios de luxo (RIBEIRO, 2019). No entanto, os tratamentos do Estado às regiões ocupadas por classes com mais ou menos renda é bem diferente.

O déficit habitacional brasileiro é de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana e 832 mil em área rural, de acordo com o relatório da Fundação João Pinheiro (2019). Um dos principais componentes deste dado é o ônus excessivo com aluguel urbano, representando 51% do déficit do país. Em seguida, vêm as habitações precárias e as coabitações representando 25,2% e 23,1% deste dado respectivamente.

As habitações precárias, sem infraestrutura urbana adequada, fazem parte das cidades brasileiras e latino-americanas. Segundo Guedes (2017, p.46), o primeiro governo na América Latina que buscou enfrentar as questões habitacionais foi o chileno, com a promulgação da “Ley de Habitaciones Obreiras” em 1906. Este tipo de enfrentamento por parte dos governos se dá pelas pressões populares e por motivos de saúde pública, já que as moradias inadequadas influem diretamente no aumento de diversos tipos de doenças entre a população, além de consequências psicológicas e de segregação espacial (GUEDES, 2017, p.47).

Maricato (1979, p.124) analisa que:

Não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil (...). A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos (...) demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei.

Portanto, pode-se concluir que os problemas urbanos no país ocorrem por impedimentos políticos e sistêmicos. Desde a Lei de Terras aprovada em 1850, o Estado privilegia o acesso à terra aos interesses da especulação imobiliária, além de priorizar os investimentos de qualificação urbana nas áreas de interesse dos especuladores, em detrimento de áreas com maiores carências (GADELHA, 1989).

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a moradia como direito da pessoa humana no artigo 25 deste texto (1948, p.5). Em 2000, esse direito foi reconhecido em uma emenda na Constituição Brasileira de 1988, sendo incluído no artigo 6 deste texto, como um dever do Estado a seus cidadãos [BRASIL. Constituição (1988)].

No último século os governos latino americanos investiram grandes quantidades de recursos destinados à políticas habitacionais de produção de novas moradias, como no Brasil, com o Programa Minha Casa Minha Vida. E nos últimos anos, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) está buscando promover um outro tipo de solução ao problema da falta de habitações adequadas no país: o melhoramento de moradias através do acesso à assessoria técnica em arquitetura e urbanismo.

No dia 24 de dezembro de 2008, foi decretada pelo Congresso Nacional, e sancionada, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a lei federal 11.888/2008 (Lei de ATHIS), que:

assegura o direito das famílias de baixa renda (de até 3 salários mínimos) à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social [...] A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. (Brasil, 2008)

No entanto, mesmo sendo assegurada perante a lei, com disposições e diretrizes de fundos destinados a assegurar este direito, a moradia digna, com condições adequadas de higiene, salubridade, iluminação, ventilação e de proteção, ainda está longe do alcance de grande parte da população brasileira. De acordo com a última pesquisa do CAU/BR e do Datafolha (2022), 82% das obras executadas no país não têm orientação técnica de arquitetos ou engenheiros, revelando uma pequena melhora em relação à pesquisa divulgada em 2015, em que esse índice era de 85%. A pesquisa também demonstrou que as campanhas realizadas pelo Conselho têm conseguido aumentar o interesse da população em relação ao trabalho destes profissionais.

Mas estes índices de melhora ainda estão longe de ser ideais. A maior parte da população que se encaixa no perfil descrito pela lei 11.888 ainda não têm acesso à assessoria técnica em habitação. Na contramão das estatísticas, um exemplo exitoso da implementação da lei de ATHIS é a experiência da CODHAB² no Distrito Federal, que será brevemente analisada neste trabalho. Este caso foi escolhido para ser apresentado neste trabalho por sua relação com o poder público e potencial de reprodução em escala nacional.

O primeiro sistema nacional de assessoria técnica em arquitetura no mundo com atenção direta à população foi desenvolvido em Cuba, em 1994, de acordo com Livingston (p.269, 2006). O conceito de assessoria técnica já existia no país desde a Lei de Habitação de 1988, que tornou obrigatória a contratação de profissionais para a construção ou reforma de imóveis. O programa teve início como projeto da ONG Habitat Cuba e foi incorporado ao Instituto Nacional de Habitação em 1998 (GOMES, 2014).

Em Cuba, assim como no Brasil, a responsabilidade técnica de um profissional habilitado é necessária para a aprovação de projetos pelo Estado. A princípio, o intuito deste trabalho era realizar uma pesquisa acerca das funções do arquiteto nas experiências no Distrito Federal e em Cuba, contudo, a elaboração do vídeo-documentário sobrepujou esta ideia inicial para além da coleta e análise de informações por meio da incitação ao debate que a produção audiovisual possibilita. Em direção às investigações primordiais percebeu-se que um desafio comum aos dois países em relação ao papel do arquiteto ou engenheiro na construção de um país com moradia digna a todos seus cidadãos é transcender a função de agente burocrático com objetivo de alcançar potenciais mais transformadores de atuação com as comunidades.

Nota ² : A CODHAB-DF (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal) “é uma empresa pública que tem por finalidade executar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal abarcando a execução de projetos sociais e intervenções urbanas de forma a proporcionar a otimização da qualidade da habitação” (ARAÚJO, 2019, p.118).

O PROCESSO DO TRABALHO AUDIOVISUAL

Somente a superação daquelas esferas compartimentalizadas de competência no processo de produção intelectual, que a concepção burguesa considera fundamentais, transforma essa produção em algo de politicamente válido.

(BENJAMIN, 1987, p.129)

No ensaio “O autor como produtor”, desenvolvido em 1934, Walter Benjamin analisa a potencialidade do ofício intelectual em face da inserção das novas tecnologias de produção e a expansão da cultura de massas. O intuito de desenvolver uma obra audiovisual neste Trabalho de Conclusão de Curso surge do anseio em ampliar a acessibilidade às discussões acadêmicas e políticas úteis à sociedade. Na direção das observações explanadas pelo sociólogo, este capítulo visa não apenas a obra final e a propaganda de ideias ou tendências, mas também de certa forma a descrição do processo de produção com o objetivo de estimular a capacidade de reflexão dos leitores e espectadores.

Explorar uma nova forma de comunicação despertou o sentimento observado pelo filósofo: “o autor como produtor, ao mesmo tempo em que se sente solidário com o proletariado, sente-se solidário, com certos outros produtores, com os quais antes não parecia ter grandes coisas em comum” (BENJAMIN, 1987, p.129). Assim como o desenvolvimento de projetos arquitetônicos pode transformar a observação dos elementos que estão sendo projetados (por exemplo, se projetamos um museu, passamos a observar museus já existentes com um outro olhar, um olhar mais técnico e profundo), a prática do trabalho audiovisual foi capaz de aprofundar a minha sensibilidade em relação à obras cinematográficas, superando quaisquer conhecimentos teóricos adquiridos até então.

Desta maneira, a primeira etapa para o desenvolvimento deste trabalho foi o aprofundamento do olhar na busca de referências técnicas e estéticas na elaboração de documentários. A minha primeira referência de TCC em Arquitetura e Urbanismo no formato audiovisual veio através da obra “Capacetes Coloridos” (2007) de Paula Constante na FAU-USP. Neste filme, a autora, de acordo com sua descrição do filme inserido no youtube, “traça um paralelo entre o canteiro de ampliação do campus da USP na Zona Leste e o canteiro do mutirão autogerido da Associação Paulo Freire, ligada à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo”. Entre os entrevistados estão grandes referências nos estudos do fazer arquitetônico, como Sérgio Ferro e Pedro Arantes, eternizados em imagem e som, ampliando a didática de questões teóricas complexas como a prática de ATHIS em mutirões autogeridos e a hierarquia dos canteiros de obras tradicionais.

Já o documentário de 25 minutos chamado “Entre Rios” (2009), realizado como trabalho de conclusão de Caio Ferraz, Luana de Abreu e Joana Scarpelini, é um guia sobre construção de narrativa, linguagem pedagógica e edição. Diferente da obra de Constante, em que a autora realizou a direção, o roteiro, a produção, e participou da montagem e fotografia, este trabalho é resultado de um curso de Bacharelado em Audiovisual no SENAC-SP, construído por um grupo maior de pessoas experientes no exercício cinematográfico. Através da análise dos dois filmes é possível traçar potencialidades e limites de um trabalho de conclusão em formato de vídeo. Abordando o processo de urbanização dos cursos d’água paulistanos, a obra de 2009 contém animações elaboradas por sete pessoas, que enriquecem a apresentação dos temas abordados.

Outra obra importante para este trabalho é nomeada “Edifício Master” (2002) de Eduardo Coutinho, que foi responsável por transformar minha visão sobre cinema documental. A transparência do processo de produção do cineasta promove uma aproximação com o fazer cinematográfico, e despertou o fascínio pela captura de entrevistas e pela construção dos personagens. O impacto das obras de Coutinho não são uma novidade: o filme “Cabra Marcado para Morrer” (1984) foi um “divisor de águas” na trajetória do cinema documental brasileiro (BERNARDET apud OHATA, 2013).

A antologia elaborada por Ohata (2013) foi uma agradável companheira nos estudos sobre metodologia de vídeo-documentários. O diretor, em uma das entrevistas presentes na obra, se queixa da função educativa do documentário: “isso é insuportável, quem quer ser educado?” (2013, p. 40). Apesar do intuito acadêmico do vídeo produzido para este TCC, a linguagem dinâmica e moderna foi um ponto importante e muito querido para a produção deste audiovisual, mesmo que, pelas limitações práticas de desenvolvimento deste trabalho - que só pude enxergar enquanto estava fazendo-o - nem sempre tenha conseguido atingir este objetivo totalmente.

Aesthesis é uma palavra grega que significa sensação e/ou estética, e está presente na análise “A linguagem cinematográfica”, de Marcel Martin (2002). O livro trata sobre o potencial catártico da imagem cinematográfica através de escolhas de expressão conscientes como movimentos de câmera lentos ou rápidos, enquadramentos, trilha sonora, etc. O jornalista francês utiliza a definição de Eisenstein em que a imagem conduz ao sentimento, e o sentimento à ideia (MARTIN, 2002).

O curta “Beat É Protesto - O Funk pela Ótica Feminina” (2018) possui uma linguagem dinâmica obtida através de cortes rápidos, montagem split screen (imagens simultâneas na tela) e uma trilha sonora que acompanha toda a obra. Estas características auxiliam a prender o espectador à narrativa e o aproxima da realidade dos bailes funks abordados pelo documentário. Estas escolhas de expressão são uma referência de montagem com propósito de diminuir a sensação monótona que um vídeo educativo pode apresentar, e é fundamental para este trabalho que tem como objetivo aproximar comunidades ao tema da ATHIS. Assim como “Entre Rios” (2009), a obra de 2018 foi desenvolvida por um grupo de pessoas experientes em audiovisual, sendo produto de um projeto de TCC produzido por ex-alunas do curso de Rádio e TV da Universidade Metodista de São Paulo (CURTA-METRAGEM... 2021).



FIG. 3 a 8: cenas do curta “Beat É Protesto - O Funk pela Ótica Feminina” (2018)

Nos filmes de ficção, o roteiro é escrito na fase de pré-produção, enquanto que no documentário essa escrita é aberta e perpassa toda a produção do filme (PUCCINI, 2012). Assim, a segunda etapa para a elaboração da narrativa do documentário realizado neste TCC foi o estudo acerca dos três universos que seriam abordados: as demandas por assessoria técnica em arquitetura da Comunidade do Mocotó em Florianópolis, a prática em ATHIS da CODHAB/DF entre 2015 e 2018, e a consolidação do programa "Arquitectos de la Comunidad" entre 1994-2010 em Santiago de Cuba.

O terceiro passo foi a formulação do questionário a ser utilizado nas entrevistas em Cuba, disponibilizado na seção de "Anexos" deste trabalho. Também nesta seção está o "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" que foi assinado por todos os entrevistados do país insular. As entrevistas realizadas no Brasil foram realizadas em locais abertos, e os participantes tinham plena consciência dos fins educacionais do material coletado. Estas, foram rascunhadas de acordo com os entrevistados, e não foram transferidas para este trabalho. Observou-se que as entrevistas feitas de maneira mais livre, sem a presença de um papel, fluíam melhor com os entrevistados.

A quarta etapa foi a captação das entrevistas. No intuito de aproveitar a oportunidade, foi realizado o máximo de encontros possíveis, principalmente enquanto estava em Cuba, resultando em 15 entrevistas com uma média de 1h20min cada uma. Eduardo Coutinho argumenta que "jamais permito que uma pessoa diga uma coisa para mim mais de uma vez (...) quando alguém lhe diz algo pessoalmente, isto é, sem câmera, e depois vai contar com a câmera, esse depoimento é como o pão amanhecido!" (OHATA, 2013, p.21). Apesar de ter ciência dessa declaração do cineasta, vivi este erro na prática em algumas entrevistas, quando algumas vezes alguns entrevistados contam algo importante antes ou depois da câmera ser ligada. É sempre melhor evitar, no entanto, valorizo ao menos a recordação do momento.

Outros erros também aconteceram: as três primeiras entrevistas, realizadas em Cuba, tiveram caráter experimental em relação ao posicionamento de câmera entre a entrevistadora e os entrevistados. Depois, já no Brasil, em uma das entrevistas realizadas em Brasília, na esperança de que seria fácil realizar as correções de brilho e contraste, posicionei o convidado contra a luz, no intuito de captar a paisagem da cidade. Ademais, a captura de poucas imagens de cobertura - recurso que pode deixar o filme mais dinâmico e aumentar a potencialidade do material audiovisual - também foi um desacerto que pude observar durante a edição do meu trabalho.

Apesar desses erros de uma cineasta iniciante, também tiveram acertos: todas as entrevistas foram realizadas em ângulo normal (ao nível da pessoa filmada) e frontal, com o intuito de passar confiança em relação aos entrevistados e conexão com o espectador, numa relação de horizontalidade, sem as hierarquias decorrentes do uso de plongée (filmar as pessoas de cima, o que passa a sensação de opressão das pessoas filmadas) ou contra-plongée (filmar as pessoas de baixo, o que passa a sensação de conferir poder às pessoas filmadas). Foi utilizada a câmera de celular na horizontal para realizar um plano americano (filmar as pessoas da cintura para cima) que possibilitasse experimentos durante a edição e montagem. Além deste plano, todos os entrevistados também foram filmados em primeiro plano com uma lente de 50mm com o desígnio de criar uma atmosfera de intimidade com os personagens e aumentar o potencial dramático e expressivo de suas declarações.

A quinta etapa foi a elaboração de um storyboard criando uma linha narrativa entre Florianópolis, Brasília e Cuba. A respeito dos "Arquitectos de la Comunidad" a intenção inicial era conhecer a Oficina de Holguín, onde surgiu o programa, de acordo com Gomes (2014). No entanto, foi através da Oficina de Santiago de Cuba que as investigações foram aprofundadas. O primeiro contato se deu através de um arquiteto que explicou o funcionamento e após esta aproximação, foram realizadas entrevistas audiovisuais com três outros arquitetos da empresa e três clientes. Outros entrevistados foram um historiador, a arquiteta diretora do Plan Maestro, entidade governamental encarregada pela gestão urbana do centro histórico da cidade, e um projetista e maquetista desta instituição. Também foram realizadas outras quatro entrevistas com arquitetas fundadoras do programa, duas na cidade de Holguín, e duas em Havana.

Em Brasília entrevistei três arquitetos que trabalham ou trabalharam diretamente na CODHAB/DF, em um restaurante próximo ao Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, localizado na Asa Sul do Plano Piloto. Na cidade de Florianópolis, a entrevista com o arquiteto e professor Lino Peres foi realizada na praça Olívio Amorim, e a entrevista de Moisés Nascimento, uma das jovens lideranças comunitárias do Mocotó, foi feita no alto do Morro do Mocotó, com uma vista privilegiada do centro da cidade, da Passarela de Samba Nêgo Quirido, e da ponte Hercílio Luz, por ideia do próprio entrevistado.

Por fim, a sexta e última etapa foi a realização da transcrição de todas as partes mais importantes de todas as entrevistas e suas respectivas marcações de tempo. A partir disso foi realizada uma montagem de 31 minutos para apresentação do material à pré-banca. Os próximos passos foram a transcrição do corte apresentado à pré-banca, criação de um novo storyboard a partir dos momentos mais importantes selecionados, construção de storyboards que guiam a montagem da narrativa, e criação de um novo corte de 53 minutos fundamentado nesses rascunhos desenhados. A partir deste segundo corte, foi realizada uma nova transcrição, um novo storyboard, e finalmente a montagem final de 36 minutos, a edição final, a colorização e a colocação de legendas.

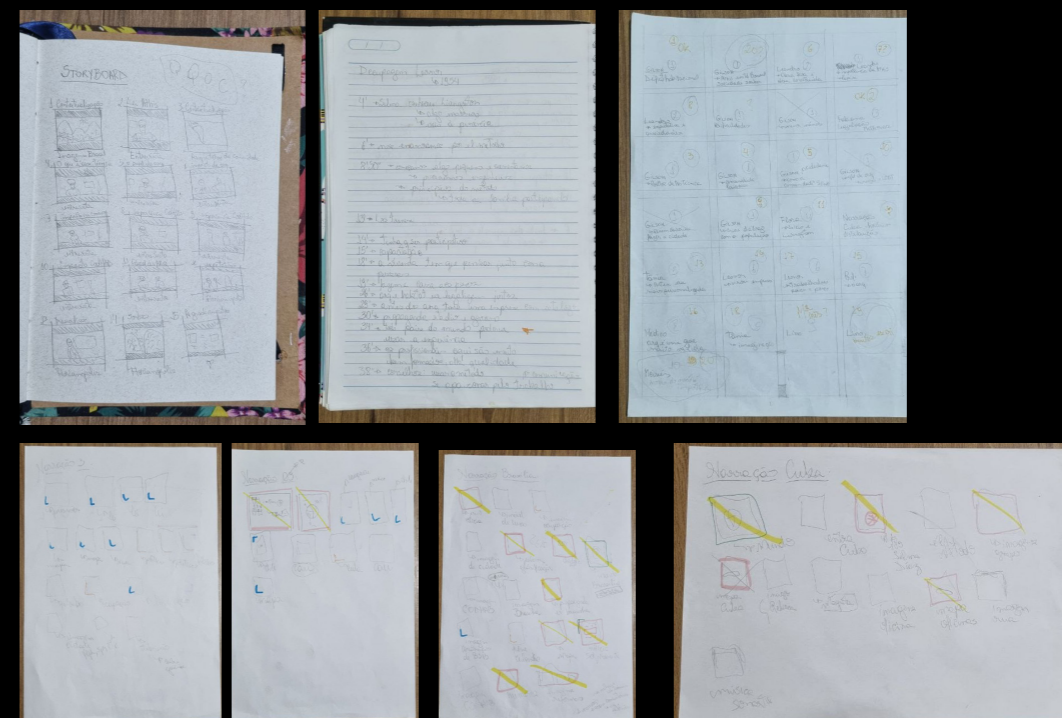


FIG. 9: Primeiro storyboard desenvolvido para formar a narrativa. FIG.10: Transcrição de uma das entrevistas. FIG. 11: Rascunho de storyboard criado para reestruturar a narrativa. FIG. 12 a 15: rascunhos de storyboards criados para desenvolver as narrações. Fonte: Acervo próprio

FLORIANÓPOLIS: O MORRO DO MOCOTÓ

O Morro do Mocotó é parte da região na porção central de Florianópolis conhecida como Maciço do Morro da Cruz. Este Maciço é um complexo muito importante para a cidade, tanto por sua morfologia quanto por sua história social. Na parte mais alta do Morro da Cruz, existem diversas sedes e antenas de TV, rádio e um precioso Parque Natural. Também há um mirante de onde é possível avistar as baías sul e norte e a Ponte Hercílio Luz.

O Morro do Mocotó localiza-se, dentro do Maciço, entre o Morro da Queimada e o Hospital de Caridade. Sua principal via de acesso é a Rua Treze de Maio, uma rua asfaltada que leva automóveis e pessoas até aproximadamente 200 metros morro acima. Outro acesso bastante utilizado pela comunidade é pela Rua Morro do Mocotó, mais tortuosa e composta de becos, que se tornam locais de encontros e conversas. Ainda é possível acessar o Mocotó pelos fundos do Hospital de Caridade ou pelo Morro da Queimada.

Por estar localizado no Centro, o Mocotó tem proximidade a equipamentos públicos como o próprio Hospital de Caridade, a praça chamada Arena de Esporte e Lazer Prainha-Mocotó, a creche Celso Ramos e o Posto de Saúde da Prainha. Mas apesar de sua localização privilegiada na teoria, na prática o Mocotó ainda está às margens das dinâmicas na porção central da cidade. Por ser uma comunidade considerada "informal", ou seja, composta por aqueles que foram excluídos dos processos de urbanização da "cidade legal", há ocupação nas áreas íngremes do Morro, e somada à falta de saneamento básico da região, isso confere à população riscos de deslizamentos (SCHEIBE, 2022) e de perder sua tão suada moradia, evidenciando a fragilidade social e ambiental dos residentes do Mocotó.

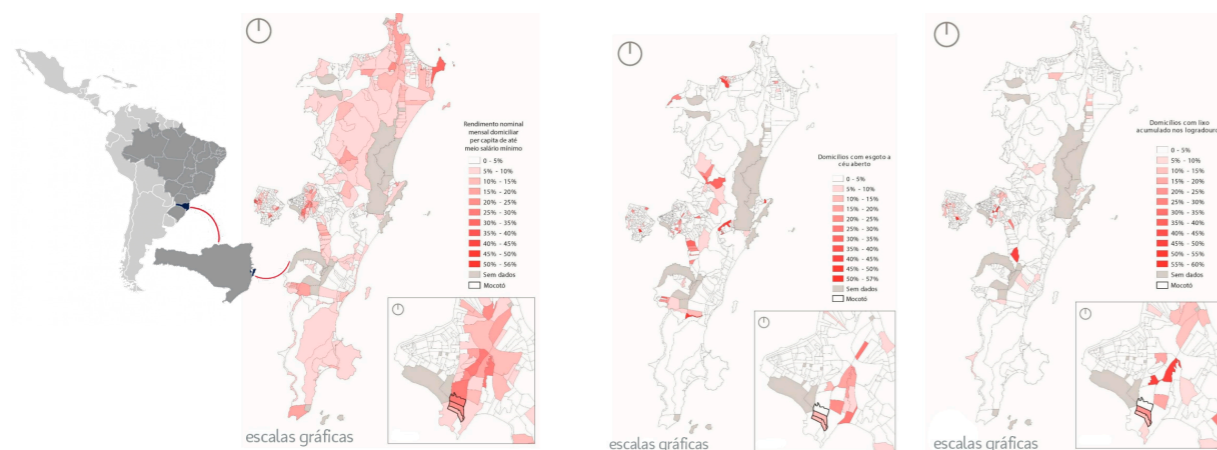


FIG. 16: Localização de Florianópolis (elaboração própria). FIG. 17 a 19: mapas do IBGE elaboradas por Berticelli (2022). A primeira imagem mostra que a área correspondente ao Morro do Mocotó concentra grande parte das populações com renda per capita de até meio salário mínimo. O segundo e o terceiro mapas mostram a concentração de domicílios com esgoto à céu aberto e lixo acumulado nos logradouros da região, serviços que deveriam ser providos pelo Estado.

Importante também salientar quem são esses residentes do Morro do Mocotó, a fim de que se evite falar de forma genérica ou generalizada. De acordo com Santos (2009), a população do Maciço do Morro da Cruz foi crescendo durante a escravidão e no momento pós abolição, ou seja, ao contrário da ideia geral sobre Florianópolis, esta região é composta majoritariamente por pessoas negras. Isto porque a abolição no Brasil não englobou políticas públicas para o povo pobre e preto, largando-os às margens da cidade, levando-os a ocupar as áreas informais próximas a regiões centrais onde tem estrutura e emprego. Conforme o Censo do IBGE de 2010 - que, mesmo defasado, ainda é a fonte mais confiável de informações - o Maciço do Morro da Cruz tem praticamente todos os setores censitários com mais de 5% de domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$255,00, na época do censo), evidenciando o contraste social com a média per capita de Florianópolis (R\$2096,56, conforme o mesmo censo).

Por sua complexidade e diversidade histórica e social, o Morro do Mocotó foi tema da disciplina de Assentamentos Urbanos de Baixa Renda I, ministrada no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC no segundo semestre de 2019, pelo professor Ramon Carvalho. O objetivo da disciplina era documentar e registrar a história do Mocotó através da voz de sua comunidade e fazer estudos para o projeto de um centro comunitário. Minha parcela de contribuição para a disciplina foi fazer parte da equipe de documentação, onde pude conhecer e ouvir um pouco da história do Morro do Mocotó e seus personagens, por isso, fiz questão de desenvolver um pouco mais este trabalho iniciado na disciplina e interrompido pela pandemia de Covid-19 e incluir o Mocotó como parte do trabalho documentário realizado neste TCC.



FIG. 20: Mapa da Comunidade do Mocotó

Fonte: Ferreira (2022)



FIG. 21: ato de 2020 em protesto à violência policial no Mocotó.

Fonte: Ítalo Zaccaron.

BRASÍLIA: A EXPERIÊNCIA DA CODHAB/DF

Brasília, como muitas cidades ao redor do mundo, foi construída sem participação social, apesar da intensa utilização da mão de obra de trabalhadores para seu projeto se tornar real. Seu objetivo sempre foi voltado ao funcionamento da vida de funcionários públicos e suas famílias, ou seja, uma cidade exclusivamente burocrática. Assim, foram criadas as cidades satélites e assentamentos destinados a abrigar os trabalhadores da construção da cidade e suas famílias, em sua maioria migrantes, que reivindicaram o direito à moradia para si, obrigando o Estado a reconhecê-los. Percebe-se claramente que “a segregação socioespacial que aconteceu em Brasília foi promovida pelo próprio Estado para manter o controle e a ordem” (BOMTEMPO, 2019).

A urbe foi criada do zero para ser a nova capital federal, numa área previamente ocupada pelo bioma Cerrado, um dos “mais ricos tipos de savana do mundo” (BOMTEMPO, 2019). Seu impacto nacional e construção são alvos frequentes de obras e discussões. O poeta Nicolas Behr (2014, p.65) catalogou 29 filmes de forma cronológica que tratam da cidade. Uma dessas obras é o documentário “A Cidade é uma só?” (2011), do diretor Adirley Queiroz, analisada no artigo de Setúbal (2018), que expõe que os construtores da cidade não tiveram espaços planejados dentro do Plano Piloto e foram tratados como “invasores” pelo poder público. De acordo com a autora, com o audiovisual, e com diversos portais de notícias, a maior Região Administrativa do Distrito Federal, a Ceilândia, recebeu este nome a partir:

da abreviação de Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) mais o sufixo “lândia”. A campanha se configurou enquanto programa de “limpeza urbana” que transferiu cerca de 100 mil trabalhadores para uma região afastada, sem nenhum tipo de infraestrutura, a 30Km do Plano Piloto. O programa foi iniciado durante os primeiros anos da ditadura militar, em 1969 e dois anos depois a Ceilândia era inaugurada. (SETÚBAL, 2019)

Deste modo, o apartheid geográfico em Brasília é evidente: determinados espaços são destinados a determinadas populações. A Região Administrativa Sol Nascente, criada a partir de um desmembramento da Ceilândia, é uma das áreas que cresceram recentemente sem qualquer ordenamento e planejamento, enquanto o Plano Piloto não apresentou mudanças significativas desde seu nascimento, continuando “com grandes parcelas de terra vazia sendo alvo de especulação, enquanto toda a cidade efervesce com assentamentos por todos os lados” (BOMTEMPO, 2019).

Apesar de todas essas dificuldades estruturais e políticas, as forças sociais organizadas demonstram potência para a exigência do cumprimento de seus direitos, entre eles a moradia digna. Os assentamentos feitos de maneira irregular levam a precariedade das moradias, tanto em termos estruturais quanto ambientais, colocando em risco todos os envolvidos no fenômeno, dentre pessoas e a própria situação da natureza (GUIN NCIO, 2019). Destarte, a assessoria técnica é fundamental para reversão desse cenário, e uma possibilidade de reparação na relação entre o Estado e essas populações historicamente segregadas.

A CODHAB/DF

Durante a aprovação da Lei 11.888/2008 o Instituto de Arquitetos do Brasil Nacional e o IAB/DF sempre estiveram presentes na luta pela aprovação e implementação desta pauta. De acordo com a entrevista concedida a este trabalho, o arquiteto Gilson Paranhos, que foi presidente do IAB/DF em 2000/2001 e do IAB Nacional de 2010 à 2012, a instituição tinha o hábito de apresentar as propostas e demandas da sociedade e das organizações de arquitetos e urbanistas para os candidatos ao governo do Distrito Federal. Em 2015, o candidato eleito, Rodrigo Rollemberg, entrou em contato com o IAB e realizou reuniões para desenvolver uma proposta de atuação do Estado. Paranhos foi convidado à administração da CODHAB/DF, onde esteve durante o período de 2015-2018.

A experiência da CODHAB/DF neste período foi relatada em detalhes no livro “Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social”, publicado pelo IAB-DF (2019). Na entrevista concedida a este trabalho, Paranhos relatou que uma das principais dificuldades iniciais foi criar os caminhos jurídicos e contábeis dentro do órgão para realizar as atividades de assistência técnica. Ao longo do programa foram criados 12 postos de assistência técnica, que podem ser localizados no mapa da figura abaixo. Inicialmente, foram identificadas áreas com extrema vulnerabilidade habitacional e problemas emergenciais, definindo as “Áreas de Regularização de Interesse Social” (ARIS) (SARMENTO, 2019).



FIG. 22: Distribuição dos postos de assistência técnica. Plano Piloto destacado em verde pela autora. A distância entre o Plano e a RA Sol Nascente é de 30km. Escala gráfica.

De acordo com Paranhos, foi imprescindível ocupar espaços dentro da comunidade para captar melhor as necessidades dos moradores, e criar laços entre a comunidade e o poder público que ajudassem no desenvolvimento da cidadania. O arquiteto informou sobre as dificuldades burocráticas na instalação desses postos de atendimento, uma vez que a comunidade carecia de regularização fundiária. Relatou ainda que em alguns desses postos foi desenvolvida uma relação com o MST que abriu um espaço físico no local. No entanto, avaliou que ao final da experiência os laços com a comunidade criados ainda não foram tão fortes quanto o esperado, devido a deficiências na comunicação.

Paranhos expôs que foi fundamental em sua gestão reorganizar a CODHAB física e internamente, mudando a sede do órgão de uma sala alugada para um andar em um edifício do governo, e contratar dezenas de arquitetos com diversidade de gênero, raça e subjetividades para desenvolver um trabalho mais rico e plural. Explicou que a metodologia de trabalho adotada pelas equipes foi desenvolvida com o contato com as comunidades no período deste trabalho.

Ao final do período 2015-2018 foram realizadas aproximadamente 63 mil regularizações fundiárias e cerca de 2.000 reformas, de acordo com Paranhos. Uma das dificuldades da equipe era realizar os trabalhos e criar laços com a comunidade, sem criar expectativas que não pudessem ser supridas ou gerar frustrações. Os outros arquitetos da CODHAB entrevistados relataram que após a gestão do governador Lindenberg em 2019, a equipe foi reduzida e alguns postos desativados. No entanto, o valor disponibilizado pelo governo atualmente para as reformas passou de 10 mil para 75 mil reais. Apesar de a quantidade de ações e potencial ter sido reduzido, a assistência técnica no DF continua acontecendo.

A COMUNIDADE SOL NASCENTE

O Posto de Assistência Técnica (PAT) do Sol Nascente foi o primeiro a ser criado, em 2015, entretanto, como é uma área não regularizada, complicou-se a permanência do Posto e outros equipamentos técnicos públicos no local. A Região Administrativa tem geograficamente bastante potencial para ser um espaço público dinâmico, devido às hierarquias de vias e formações de largos, apresentando muitos comércios. Com aproximadamente 20 mil habitantes, localiza-se na periferia da Ceilândia, cidade satélite criada como solução para a favelização do Plano Piloto. Em 1969, foram criados em torno de 20 mil lotes destinados a receber os habitantes de “invasões” pela população de baixa renda mitigadas pelo Estado (SARMENTO, 2019).

A ARIS Sol Nascente foi dividida em três trechos, com um escritório em cada. Algumas dificuldades encontradas nessa comunidade, foram comuns às outras: impotência diante das dificuldades sociais para além da questão técnica das moradias e desconfiança dos moradores (DUDA, 2019), que pode ser entendida como resultado de um histórico de opressão e negligência do poder público. A relação entre a equipe e a comunidade tornou-se melhor com o programa “Ações Urbanas Comunitárias”, em que projetos foram desenvolvidos em determinadas áreas identificadas como possíveis locais de moradia. O projeto era desenvolvido durante a semana pelos assistentes técnicos (AT) e os moradores, sendo realizados mutirões aos sábados (DUDA, 2019).

Apesar dos êxitos do programa, Paranhos avaliou que ainda há um longo caminho para a criação de uma relação permanente entre a comunidade e o poder público. Portanto, divulgar estes trabalhos é uma importante fonte de força para o avanço na implementação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social aprovada em 2008 (Brasil, 2008).

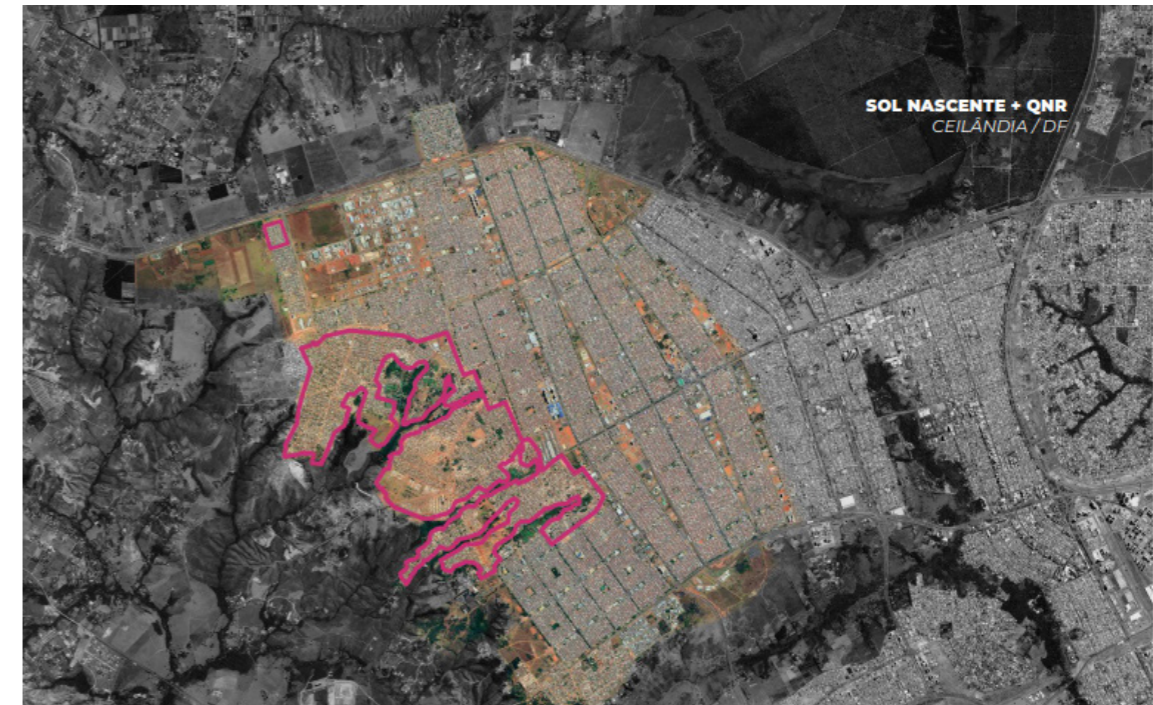


FIG. 23: Localização da Região Administrativa Sol Nascente destacada em rosa, e Região Administrativa da Ceilândia em laranja. Escala gráfica. Fonte: Sarmento (2019)



FIG. 24 a 27: Projetos do eixo “Ações Urbanas Comunitárias”. Fonte: Sarmento (2019)



FIG. 28 a 31: Melhoria habitacional do eixo “Na Medida”. Fonte: Sarmento (2019)

CUBA: A EXPERIÊNCIA DOS “ARQUITECTOS DE LA COMUNIDAD”

Cuba é um país insular formado atualmente por 15 províncias e um município especial, a Ilha da Juventude (GOMES, 2014, p.63). A população de aproximadamente 11 milhões de pessoas se distribui nos 110 mil quilômetros quadrados da ilha, em aproximadamente 3,8 milhões de unidades habitacionais, sendo que 96,1% da população possui casa própria, de acordo com o censo realizado em 2012 (CUBA, 2014).

Antes da Revolução de 1959, o país vivia em um estado de grande miséria e desigualdade social. Desde o início da Revolução, o comandante Fidel Castro tratou com prioridade a resolução dos problemas do déficit habitacional da ilha, sendo muitas das primeiras leis aprovadas pela nova direção um movimento em direção à lei da Reforma Urbana aprovada em 1984 (TREFFTZ, 2011).

Nos anos 70, com o auxílio da URSS, houve uma intensa industrialização das construções, que tornaram massivas as utilizações de componentes construtivos pré-fabricados. Também neste período se fortaleceu a prática das brigadas populares (trabalhadores capacitados pelo Estado) e das construções por esforço próprio, responsáveis pela produção de milhares de novas moradias (RABINOVICH, 2010). No entanto, atualmente, segundo uma das arquitetas entrevistadas para este trabalho, apesar de muito presente na paisagem do país, muitos cubanos se queixam ou têm preconceitos em relação a esta tipologia construtiva, devido à falta de manutenção ou más instalações dessas obras.

Em 1984 a Lei da Reforma Urbana foi fundamental para auxiliar grande parte da população cubana a se tornar proprietária de suas casas, e em 1988 foi aprovada a Lei da Habitação, que tornava obrigatório o acompanhamento técnico para a construção e melhoria de moradias, como analisam Gomes (2014) e Cruz (2021).

Após o fim da URSS em 1990, Cuba enfrentou uma grave crise econômica. Sem o apoio do bloco socialista, resiste, com grande isolamento internacional, ao embargo imposto pelos EUA desde 1961. Este embargo afeta gravemente a população cubana até a atualidade, dificultando a importação de materiais de construção para a construção ou melhoramento de moradias no país. Foi neste contexto que um grupo surgido da ONG Habitat Cuba iniciou o programa Arquitectos de La Comunidad.

O PROGRAMA

De acordo com as entrevistas coletadas em Holguín e em Havana, Selma Díaz foi uma arquiteta cubana aposentada muito ativa politicamente no país, e que após conhecer a obra elaborada por Rodolfo Livingston, “El Método” (2006), organizou palestras do arquiteto argentino, com o intuito de capacitar profissionais para atender as populações mais vulneráveis e implementar um programa de assessoria técnica em arquitetura acessível à população e de grande abrangência.

O livro apresenta as etapas para o atendimento às famílias, com diretrizes baseadas em psicologia social, e o autor realizou visitas técnicas em diversas obras do programa durante suas viagens ao país, que foram documentadas nas novas edições publicadas.

Segundo a arquiteta entrevistada Leonor Madrazo, formado o grupo “Arquitectos de la Comunidad” em 1994, da ONG Habitat Cuba, perceberam que as condições favoráveis para o desenvolvimento desta experiência seriam encontradas na cidade de Holguín, onde se estabeleceu a primeira oficina do programa.

No entanto, todos os arquitetos entrevistados para este trabalho, apesar de satisfeitos com o alcance do programa atualmente, relatam frustração com a burocratização dos serviços inicialmente oferecidos.

Ainda dentro da ONG Habitat Cuba, o programa tinha um caráter experimental e multidisciplinar, em que as comunidades escolhidas para intervenção recebiam atendimento não apenas de arquitetos e engenheiros, mas de assistentes sociais, advogados e outros profissionais necessários para o melhoramento das condições de vida.

Após o ano de 1998 o grupo conseguiu o apoio do governo que incorporou o programa no Instituto Nacional de Habitação, tornando os “Arquitectos de la Comunidad” uma empresa estatal. Como empresa estatal o programa possui sedes, doadas pelo Estado, nas 15 províncias do país e na Ilha da Juventude, e atendem milhares de pessoas por ano. Gomes (2014) analisa que a criação do programa também surgiu como uma resposta à necessidade regulamentada pela Lei da Habitação de 1988. Alguns arquitetos entrevistados argumentaram que as respostas dadas pelo governo para resolver o déficit de moradias, antes da criação do programa, produziu um grande número de habitações de baixa qualidade, devido à falta de assessoria técnica, e por isso a necessidade de criação da lei de 1988.

Como programa da ONG as obras realizadas eram custeadas por instituições estrangeiras, e como empresa estatal as obras são custeadas pelos próprios cidadãos ou por meio de subsídios do governo às famílias de baixa renda selecionadas. Como toda empresa, há uma demanda por produtividade, e a principal frustração dos arquitetos entrevistados é justamente a limitação ao caráter experimental, a dificuldade de realizar um trabalho mais efetivo, intenso e participativo com a população, que contemple holisticamente as necessidades dos cidadãos.

SANTIAGO DE CUBA

A cidade de 506.037 habitantes está localizada na porção oriental do país, e é capital da província de Santiago de Cuba (CUBA, 2014). Cercada pela baía, conectada com o Mar do Caribe, e rodeada por cadeias montanhosas da Serra Maestra e Serra do Cobre, a cidade se desenvolveu em um vale acidentado, com ruas cheias de desníveis, e um clima quente e úmido. Assim, a urbe se conformou em um anfiteatro natural com uma intensa relação entre cidade e paisagem, em que é possível observar paisagens da cidade, das montanhas e do mar desde vários pontos.

Até a finalização deste trabalho, a oficina não tinha informações precisas acerca da quantidade de projetos realizados ou em andamento. Estima-se que desde o início do programa já foram milhares, pelas centenas de projetos anuais desenvolvidos pelas dezenas de arquitetos da empresa. Além de atendimentos, os arquitetos e engenheiros também realizam projetos para obras estatais, o que ajudou muito a arrecadar renda durante a quarentena da pandemia.

A arquiteta Flora Martinez relata que as obras no país podem levar até mesmo décadas para serem concluídas, devido à escassez de material imposta pelo embargo econômico dos EUA. No entanto, ressalta a importância do projeto arquitetônico participativo por dois principais motivos: 1. o cliente terá desde o início um planejamento para sua obra, um norte, uma direção, uma meta, orientada e desenvolvida com a melhor qualidade possível; 2. caso o projeto não seja participativo, o cliente pode simplesmente deixar de segui-lo, o que é constante motivo de frustração entre os arquitetos, além de criar irregularidades e até mesmo perigos aos usuários das edificações.

De acordo com os entrevistados, inicialmente boa parte da população não entendia qual era o trabalho do arquiteto. Através de cartazes e divulgação oral a população começou a buscar e recomendar o serviço oferecido. Diferentemente de Holguín, onde Gomes (2014, p.70) relata que foi utilizado um programa de televisão em que os profissionais respondiam às dúvidas dos telespectadores.

Até 2010, o escritório contava com 54 profissionais, entre engenheiros e arquitetos (MILLÁN E COTO apud GOMES, 2014). A Oficina dos Arquitetos da Comunidade está localizada próxima à Plaza de Martes, local central da cidade. Logo na entrada há um cartaz com os dias da semana de atendimento para cada região da província. Estão divididas atualmente em:

Segunda-feira: Distrito José Martí

Terça-feira: Distrito 26 de Julho

Quarta-feira: não é realizado o atendimento à população, e sim reuniões internas.

Quinta-feira: Distrito Antonio Maceo

Sexta-feira: Distrito Abel Santamaria

Os arquitetos se dividem entre as regiões da província, e muitas vezes são escolhidos através de indicações. De acordo com os entrevistados, no início do programa aconteciam reuniões nacionais entre as oficinas de todas as províncias, o que auxilia no aprimoramento do trabalho e levantamento de dados do órgão. No entanto, devido aos problemas econômicos, e por último pela pandemia, esses encontros pararam de acontecer. A falta destes encontros diminui a comunicação entre os profissionais da área no país, enfraquecendo as potencialidades do programa.

No início do escritório os arquitetos que tinham interesse em trabalhar na Oficina passavam por um processo de seleção e um teste de conhecimentos acerca da obra “El Método”, todavia este processo não existe mais atualmente, e muitos técnicos desconhecem o livro. Esta é mais uma das frustrações dos profissionais que atuam desde o início do programa, decorrente da empresarização e estatização da iniciativa.

De acordo com os entrevistados, os preços dos serviços oferecidos correspondem à uma baixa porcentagem do salário mínimo no país, e o pagamento pode ser realizado por etapas do projeto, de acordo com a negociação feita entre o profissional e o usuário. Para algumas famílias que solicitam, o Estado arca com o projeto e oferece um subsídio para a construção que muitas vezes é suficiente para apenas um cômodo da casa, assim, a obra é realizada aos poucos, com prioridade à área de maior necessidade.

As obras são realizadas através da autoconstrução ou por brigadas especializadas contratadas, pagas pelo cliente, ou no caso de ser uma obra subsidiada, pelo Estado. Para o acompanhamento das obras, é utilizada uma ferramenta chamada “Controle de Autor” em que os técnicos devem acompanhar as obras responsáveis e garantir as regularidades. Os clientes entrevistados declararam a valorização dos profissionais principalmente por Santiago de Cuba ser uma zona sísmica e, devido às intensas campanhas do governo, entendem as necessidades de seguir as normas técnicas desenvolvidas para garantir a segurança das edificações.

O governo cubano, apesar de suas limitações e contradições, desenvolveu um grande controle urbanístico das principais cidades da ilha. O “Plan Maestro” e as Oficinas do Historiador ou Conservador produzem dados sobre os imóveis, em alto nível de detalhamento. A conservação do patrimônio histórico do país recebeu atenção desde o início da Revolução, com a Lei de Proteção ao Patrimônio Cultural aprovada em 1977. Além de Santiago de Cuba, Havana, Trinidad e Cienfuegos possuem uma maquete da cidade, em que estudantes do ensino primário à pós-graduação, turistas e todos os cidadãos têm a possibilidade de enxergar fisicamente, as cidades em que estão inseridos. Nestes locais que abrigam estas maquetes são realizadas atividades, discussões e eventos para diversos tipos de públicos.

A maquete de Santiago de Cuba é responsabilidade da Oficina do Conservador, possui 72 metros quadrados, na escala 1:1000, e foi iniciada em 1999 com 4 profissionais, sendo construída e mantida por 5 profissionais atualmente.

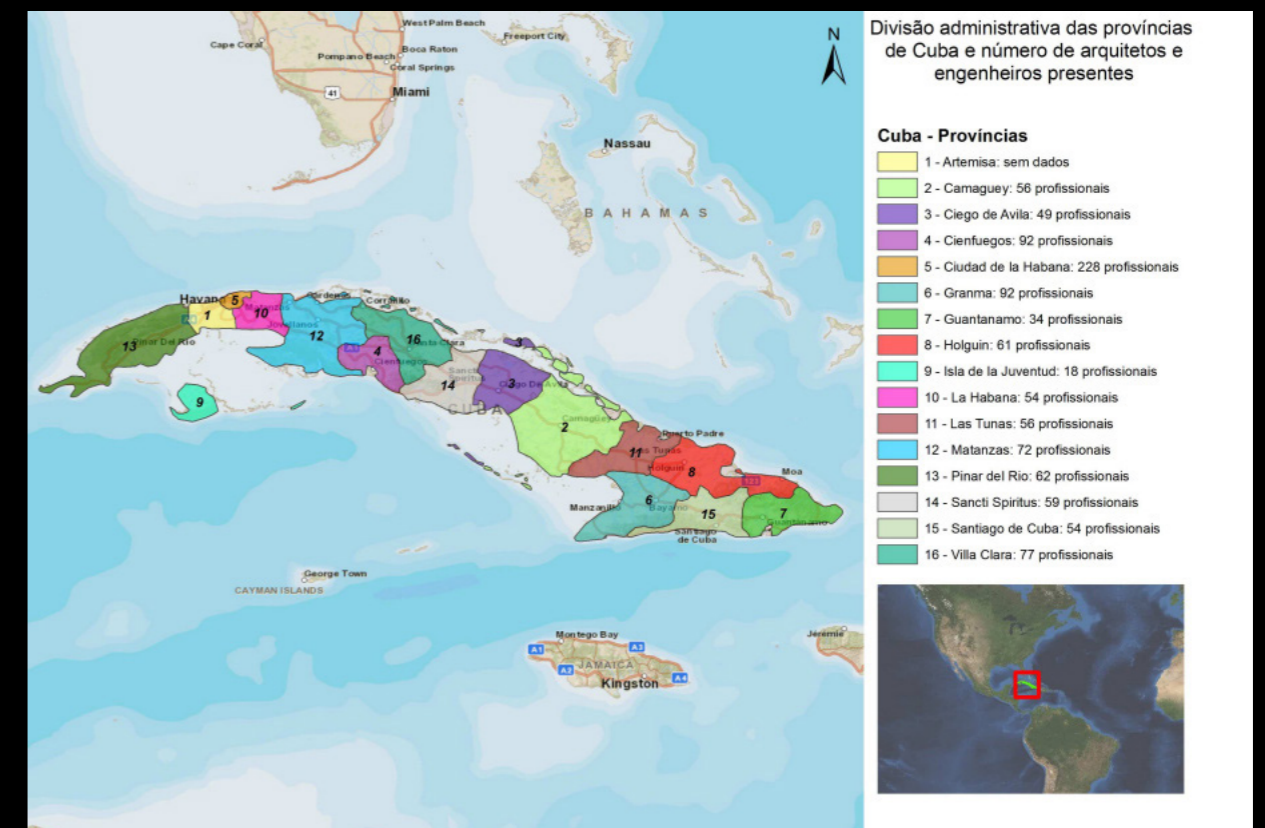


FIG. 32: Distribuição dos profissionais nas Oficinas de Arquitetos da Comunidade em 2010. Escala gráfica.

Fonte: Gomes (2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta investigação foi uma prática profundamente transformadora e intensa. Primeiro porque o objetivo principal deste trabalho não é uma pesquisa teórica e/ou um projeto de arquitetura, mas a tentativa de apresentar a importância da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social por meio da exploração de uma ferramenta nova para mim, que é o documentário, e que considero de comunicação mais acessível à toda população.

Segundo porque presenciar realidades às margens das narrativas hegemônicas como a de Cuba provocou reflexões difíceis de serem processadas. A produção das cidades no modo de produção capitalista tem fins específicos de exclusão social, com intuito elaborado de fortalecimento das relações de produção exploratórias e manutenção da divisão social em classes, portanto, a luta pela moradia digna neste contexto é inessável, e os instrumentos encontrados para resolver esta questão podem ser eficientes se a consciência, a crítica e a comunicação entre os povos latino-americanos for contínua mesmo após uma eventual superação do sistema econômico mundial vigente. Por ser um problema comum a muitos habitantes do planeta, a luta por moradia é um importante ponto na construção da consciência coletiva para a transformação da estrutura fundamentada em desigualdades em que vivemos.

No Brasil, a lei de ATHIS ainda é desconhecida pela maior parte da sociedade, assim como a maioria das ferramentas legais que podem auxiliar a garantir o direito à moradia digna, e até mesmo as funções que um arquiteto pode desempenhar. Bomtempo (2019, p. 16) analisa que a sociedade não precisa daquilo que ela não conhece. Portanto, é importante que os acadêmicos e profissionais da área de arquitetura e urbanismo trabalhem no sentido de divulgar informações que possam ser úteis para assegurar este direito fundamental. Dentro do universo multidisciplinar da ATHIS, além da valorização de arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados e assistentes sociais é indispensável o trabalho de profissionais da área de comunicação social.

BIBLIOGRAFIA

FILMES

A CIDADE é uma só?. Direção de Adirley Queirós. Brasília: Adirley Queirós e André Carvalho, 2013. Son., color. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v-VlqCVKdlxA&ab_channel=PASSEANDOUNB%E2%80%A2PAS2023. Acesso em: out. 2022.

Beat É Protesto - O Funk pela Ótica Feminina. Direção: Mayara Efe. Brasil, 2020.

CAPACETES Coloridos. Direção, Roteiro e Produção: Paula Constante. Música: Tiarajú Pablo D'andrea. São Paulo: Fera Filmes, 2007. (37 min.), Digital (Mini-DV; Mpeg), son., color. Legendado. Orientação (Trabalho Final de Graduação FAUUSP): Prof. Dr. Silvio Dworecki. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6vC95sfsND8&ab_channel=ferafilmes. Acesso em: out. 2022.

Edifício Master. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil, 2002.

Entre Rios. Direção: Caio Ferraz. Brasil, 2009.

CONTEÚDOS DIGITAIS

CUBA DEBATE (org.). Cuba en números: Lo que el Censo nos dejó. 2014. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/04/16/cuba-en-numeros-lo-que-el-censo-nos-dejo/>. Acesso em: out. 2022.

CURTA-METRAGEM produzido por ex-alunas do curso amplia debate sobre o funk feminino e o protesto. 2021. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <https://metodista.br/noticias/documentario-produzido-pela-rtvi-entra-para-programacao-do-canal-brasil>. Acesso em: out. 2022.

DATAFOLHA. CAU-BR, 2022. Disponível em: <https://caubr.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/>. Acesso em 30 dez. 2022.

FENEA (org.). Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. 2007. Documento elaborado durante o XXXI ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo) em Florianópolis, homologado em plenária final. Disponível em: <https://sites.google.com/a/fenea.org/fenea/artigos/cartadefinicaoemau>. Acesso em: out. 2022.

PINHEIRO, Fundação João. Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p.: il.

RIBEIRO, Luiz. Metade dos imóveis no país são irregulares, segundo ministério: Ministério do Desenvolvimento regional calcula que dos 60 milhões de domicílios urbanos, 30 milhões. Correio Braziliense. Brasília, p. 1-1. 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/28/interna-brasil,774183/imoveis-ir>. Acesso em: out. 2022.

LEGISLAÇÃO

Brasil (1988). Artigo 6 , Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Dispõe sobre Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: ago. 2022.

LIVROS

ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. O Papel da Companhia e a Assistência Técnica como Programa de Governo. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: Anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal: 2015-2018. 1. ed. Brasília: IAB-DF, 2019. 700 p. ; 23 cm. p. 118-121.

BEHR, N. Brasília-Z cidade-palavra. 10ª edição. Brasília, 2014.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. obras escolhidas. volume 1. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 257 p. Tradução de Sergio Paulo Rouanet.

BOMTEMPO, Mariana. Primeiras Impressões. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 16-18.

BOMTEMPO, Mariana. A Construção do Território de Brasília. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 20-32.

BOMTEMPO, Mariana. Da Importância de o Profissional de Arquitetura e Urbanismo Estar Imerso: da arquitetura e urbanismo para o urbanismo e arquitetura. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 60-70.

DUDA, Lucélia. Assistência Técnica na CODHAB 2015-2018. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 29-31.

JESUS, Carolina Maria de. Casa de Alvenaria. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1961. 183 p.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 204 p.

LIVINGSTON, Rodolfo. Arquitectos de familia: el método: arquitectos de la comunidad. 4a ed. - Buenos Aires: Nobuko, 2006. 320 p.: il.; 23x15 cm.

MARICATO, F. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias. In: "O Urbanismo - Utopias e Realidades uma Antologia". São Paulo: Perspectiva, 1979.

MARTIN, Marcel. El Lenguaje del Cine. 5. ed. Barcelona: Gedisa, 2002. 271 p. Tradução de María Renata Segura.

OHATA, Milton (org.). Eduardo Coutinho. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 704 p.

GUIN NCIO, Cristiane. ATHIS - Introdução à Experiência no Distrito Federal. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 27-28.

PUCCHINI, Sérgio. Roteiro de Documentário - Da pré-Produção à pós-Produção. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 141 p.

SARMENTO, Luiz. A experiência no território - Sol Nascente Trecho I - Ceilândia/DF. In: Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal 2015-2018. ARAÚJO, Luiz Eduardo et al. Brasília: IAB-DF, 2019. p. 140-217.

OBRAS ACADÊMICAS

BERTICELLI, Sabrina; SANTOS, Samuel. Vozes do Mocotó: Dicotomias e laços no Maciço do Morro da Cruz. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 124pp. 2022.

CRUZ, Giovanna Barboza da. Imagem e Revolução: A Lei da Reforma Urbana em Cuba pelas fotografias do jornal Revolución (1959-1960). Londrina, 2021. 106 f. : il

FERREIRA, Natália Baltensberger Lapa. Centro Comunitário do Mocotó. 2022. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. Revista de História, [S.L.], n. 120, p. 153, 30 jul. 1989. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi120p153-162>.

GOMES, Joice Genaro. Os Programas de Melhorias Habitacionais: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RABINOVICH, Adriana. Los intereses sectoriales de la vivienda social en Cuba. Echo Geo, 2010. Disponível em : <<http://echogeo.revues.org/11695>>. Acesso em: out. 2022.

SANTOS, André Luiz. Do Mar ao Morro: a geografia histórica da Pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis, 2009.

SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos. In: PEREIRA, N. do V. (org) A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

SETÚBAL, Mariana Lucas. Distopia e reparação política na Ceilândia de Adirley Queirós. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 570-591, 10 jan. 2019. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v10i3.8651524>.

TREFFTZ, Erich. 50 años de la ley de reforma urbana en Cuba: en el aniversario del cambio de paradigma. Revista Invi, [S.L.], v. 26, n. 72, p. 19-62, ago. 2011. Universidad de Chile. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582011000200002>. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582011000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: out. 2022.

ANEXO I

LISTA DE ENTREVISTADOS EM ORDEM CRO- NOLÓGICA

Entrevistas em Cuba:

Tânia Vilarino - arquiteta e urbanista da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 04/07/2022 em Santiago de Cuba.

Flora Martinez - arquiteta e urbanista da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 05/07/2022 em Santiago de Cuba.

Alberto Campos - arquiteto e urbanista da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 05/07/2022 em Santiago de Cuba.

Frank Cabrales - historiador e professor universitário. Entrevista realizada no dia 07/07/2022 em Santiago de Cuba.

Abel Valdés - músico e cliente da arq. Flora Martinez. Entrevista realizada em 08/07/2022 em Santiago de Cuba.

Gabriel Cutie Taquechel - médico e cliente da arq. Flora Martinez. Entrevista realizada em 08/07/2022 em Santiago de Cuba.

José Antonio Pullés Boudet - professor universitário e cliente da arq. Flora Martinez. Entrevista realizada em 12/07/2022 em Santiago de Cuba.

Aliana Rosendo - arquiteta, urbanista, professora universitária e ex-membro da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 13/07/2022 em Santiago de Cuba.

Rosa María Reyes Bravo - psicóloga e vice-reitora da Universidade do Oriente. Entrevista realizada em 14/07/2022 em Santiago de Cuba.

Diorvis Fabars Fernández - projetista e maquetista do Plan Maestro de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 18/07/2022 em Santiago de Cuba.

Gisela Mayo Gómez - arquiteta, urbanista e coordenadora do Plan Maestro de Santiago de Cuba. Entrevista realizada em 18/07/2022 em Santiago de Cuba.

Danis Vázquez - arquiteta e urbanista fundadora da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Holguín. Entrevista realizada em 20/07/2022 na cidade de Holguín.

Leonor Madrazo - arquiteta e urbanista fundadora da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Holguín. Entrevista realizada em 21/07/2022 na cidade de Holguín.

Rebeca González - arquiteta e urbanista fundadora da Oficina de Arquitetos da Comunidade de Holguín. Entrevista realizada em 06/08/2022 em Havana.

Martha Garcilaso - professora universitária, arquiteta e urbanista, foi coordenadora nacional e fundadora do Programa Arquitetos da Comunidade. Entrevista realizada em 08/08/2022 em Havana.

Entrevistas no Brasil:

Gilson Paranhos - arquiteto, urbanista e presidente da CODHAB entre 2015 e 2018. Entrevista realizada em 25/10/2022 em Brasília.

Leandro Fernandes - arquiteto e urbanista da CODHAB desde 2017. Entrevista realizada em 25/10/2022 em Brasília.

Fabiana Gonçalves - arquiteta e urbanista e da CODHAB desde 2018. Entrevista realizada em 25/10/2022 em Brasília.

Lino Peres - arquiteto, urbanista, professor universitário aposentado e ex-vereador pelo PT por dois mandatos (2013-2020). Entrevista realizada em 22/12/2022 em Florianópolis.

Moises Nascimento - membro fundador da Frente Juventude Voz da Favela e morador da Comunidade do Mocotó. Entrevista realizada em 22/12/2022 em Florianópolis.

Maria Inês Sugai - arquiteta, urbanista, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, com atuação em grupos e pesquisas em planejamento urbano, segregação socioespacial, informalidade urbana, habitação de interesse social. Entrevista realizada em 02/02/2023 em Florianópolis.

ANEXO II

GUIA DE ENTREVISTAS - CUBA

Entrevistas em Cuba:

TIPO 01_Arquitetos da Comunidade

1. Qual seu nome e ano de nascimento?
2. Como foi a infância em Cuba?
 - a) Como surgiu o desejo de ser arquiteto?
3. Como surgiu o desejo de trabalhar com o programa Arquitetos da Comunidade?
 - c) Quais eram as expectativas com os Arquitetos da Comunidade?
 - d) Quais as frustrações?
 - e) Quais as dificuldades?
 - f) Quais as satisfações?
4. Como é a relação com as famílias?
5. Como é a relação com os pedreiros?
6. Como é a relação com a oficina?
7. Como enxerga o potencial da Oficina Arquitetos da Comunidade?
 - a) Quais ensinamentos a oficina pode passar à América Latina?
8. Como enxerga o potencial de Cuba?
 - a) Quais os principais desafios do país?
 - b) Quais as principais potencialidades do país?
 - c) Quais os ensinamentos o país pode passar ao mundo?

TIPO 02_Arquitetos da Comunidade

1. Qual seu nome e ano de nascimento?
2. Como foi a infância em Cuba?
 - a) Como surgiu o desejo de ser arquiteto?
3. Como surgiu o desejo de trabalhar com o programa Arquitetos da Comunidade?
 - c) Quais eram as expectativas com os Arquitetos da Comunidade?
 - d) Quais as frustrações?
 - e) Quais as dificuldades?
 - f) Quais as satisfações?
4. Como começou a implementação do programa?
 - a) Quais as principais dificuldades?
 - b) Como era a visão da população em relação ao trabalho do arquiteto?
 - c) Como é hoje a relação da população em relação ao trabalho do arquiteto?
5. Como é a relação do programa com o Estado?
 - a) Como o Estado ajuda? Como o Estado regula? Como o Estado acompanha?
 - b) Quais são as dificuldades em relação às burocracias?
6. Como funciona e se organiza a oficina?
 - a) Quais são os tipos de profissionais que atuam no programa? Como se organizam?
 - b) Como é feito o pagamento aos profissionais?
 - c) Como recebem os arquitetos?
 - d) Como a oficina se mantém financeiramente?
7. Como as famílias de poucos recursos financeiros têm acesso ao serviço prestado pela oficina?
 - a) Como é a metodologia de trabalho do arquiteto?
 - b) Como são feitas as obras?
 - c) Como são pagas as obras? Materiais, trabalhadores?
 - d) Como são as orientações em relação à autoconstrução?
 - e) Como é feito o acompanhamento da obra?

8. Como a Universidade estimula a arquitetura popular?
 - a) Como é a mentalidade dos estudantes e professores em relação à arquitetura popular x arquitetura elitista?
9. Como a pandemia afetou a oficina?
 - a) Como conseguiram superar os desafios da pandemia?
 - b) Como a pandemia afetou a arquitetura residencial em Cuba?
10. Como é a relação com os clientes?
11. Exemplo de obra realizada para o Estado.
12. Como enxerga o potencial da Oficina Arquitetos da Comunidade?
 - a) Quais ensinamentos a oficina pode passar à América Latina?
13. Como enxerga o potencial de Cuba?
 - a) Quais os principais desafios do país?
 - b) Quais as principais potencialidades do país?
 - c) Quais os ensinamentos o país pode passar ao mundo?

TIPO 03_Clientes/Famílias

1. Qual seu nome e ano de nascimento?
2. Como foi a infância em Cuba?
3. Como foi o processo para ter a propriedade da residência?
4. Quantas/quais são as pessoas que vivem na casa?
 - a) Quais suas demandas?
 - b) Quais suas dificuldades?
5. Como se informaram sobre o trabalho realizado pelos Arquitetos da Comunidade?
 - a) Quais eram as expectativas?
 - b) Quais foram as dificuldades?
 - c) Quais foram as frustrações?
 - d) Quais foram as satisfações?
 - e) Como analisa o trabalho final?
 - d) Como analisa a relação com os profissionais?
 - f) Como analisa a relação com a oficina?
6. Como pensa que a oficina poderia ser melhor?
7. Quais satisfações a reforma/construção trouxe para sua qualidade de vida?
 - a) Recomenda o trabalho com os Arquitetos da Comunidade?
 - b) Como enxerga o trabalho do arquiteto?
8. Como enxerga o potencial da Oficina Arquitetos da Comunidade?
 - a) Quais ensinamentos a oficina pode passar à América Latina?
9. Como enxerga o potencial de Cuba?
 - a) Quais os principais desafios do país?
 - b) Quais as principais potencialidades do país?
 - c) Quais os ensinamentos o país pode passar ao mundo?

ANEXO III

DOCUMENTO INFORMATIVO PARA AUTORIZAÇÃO DE FILMAGEM

FORMULARIO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E INFORMADO

Estás siendo invitado a participar en un documental sobre los "Arquitectos de la Comunidad".

Este documental es parte del trabajo final de graduación en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Santa Catarina, dirigido y supervisado por el profesor Dr. Raphael Grazziano. La investigación y los materiales audiovisuales desarrollados para este documental tienen únicamente fines educativos, no lucrativos ni comerciales.

Este *Formulario de Consentimiento Libre e Informado* se utiliza en este trabajo para brindar información sobre la investigación, dejando en claro que su participación es completamente voluntaria, describiendo los riesgos y beneficios y ayudándolo a tomar una decisión informada sobre su participación.

Lea este documento y no dude en hacer cualquier pregunta. Si acepta participar en esta investigación, firme este documento. Se quedará con el investigador y usted podrá solicitarlo en cualquier momento, de forma digital.

INFORMACIÓN SOBRE EL DOCUMENTAL

Mi nombre es Ana Clara Machado Fleury y soy estudiante del Curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Santa Catarina. Mi proyecto de investigación es "Arquitectos de la Comunidad", en el estudio investigaremos cómo los arquitectos trabajan con los sectores más populares de la población, sus impactos en la construcción de comunidades, sus desafíos y sus éxitos.

Si acepta participar en esta investigación, su participación será a través de una entrevista. Su participación es totalmente voluntaria y puede negarse a responder cualquier pregunta sin dar razón y puede detener la entrevista por completo en cualquier momento sin perjuicio. Si acepta participar, la entrevista tendrá una duración aproximada de una hora y media y me gustaría grabar su audio e imagen para una futura transcripción. Puede rechazar la grabación sin ninguna consecuencia. En este caso, marque la casilla al final de este documento, en la página siguiente, y tomaré notas durante la entrevista.

RIESGOS

La investigación implica los siguientes tipos de riesgos. Primero, esta encuesta puede hacer preguntas que causen algún tipo de incomodidad. Para minimizar este riesgo, puede negarse a responder cualquier pregunta sin dar ninguna razón y puede detener la entrevista por completo en cualquier momento sin perjuicio. En segundo lugar, la investigación implica el riesgo de exposición pública de sus opiniones sobre "Arquitectos de la Comunidad". Para minimizar este riesgo, cuando los resultados de esta investigación se publiquen y/o discutan en público, su identidad y datos de contacto pueden mantenerse confidenciales, incluso como una forma de protegerlo de cualquier incomodidad derivada de la emisión de tales opiniones. Es decir, el investigador responsable de la investigación será el único consciente de esta participación. En este caso, marque la casilla al final de este documento.

BENEFICIOS

La investigación implica beneficios directos mínimos para sus participantes. No recibirá ninguna compensación económica ni se beneficiará materialmente de su participación. Aunque no existan tales beneficios, la información compartida contribuirá a la producción de conocimiento sobre los "Arquitectos de la Comunidad".

CONTACTOS

Si tienes alguna pregunta, puedes hacerla ahora. Si tiene preguntas o dudas en cualquier otro momento, puede contactar a la investigadora responsable Ana Clara Machado Fleury, a través del correo electrónico anacfleury@gmail.com o al teléfono +5548998147219.

CONSENTIMIENTO (POR FAVOR MARQUE LAS OPCIONES ELEGIDAS):

Se me informó sobre los objetivos, riesgos y beneficios de esta investigación. Al aceptar participar en esta investigación, acepto ser entrevistado. Mi participación es voluntaria y se me ha informado que puedo detener la entrevista o negarme a responder cualquier pregunta sin perjuicio ni consecuencias.

Yo _____ que la entrevista tenga su audio grabado.

permito

no permito

Yo _____ que la entrevista tenga tu imagen grabada.

permito

no permito

Yo _____ permanecer en el anonimato en los trabajos resultantes de esta entrevista.

desejo

não desejo

NOMBRE Y FIRMA DEL ENTREVISTADO

Nombre (completo): MSC. Danis Vázquez Silva.

Firma: DVázquez

Fecha: 20-1-2022 Hora: 10.am. Sitio Dirección Provincial de Arquitectos de la Comunidad, Holguín.

NOMBRE Y FIRMA DEL INVESTIGADOR RESPONSABLE

Nombre (completo): _____

Firma: _____

Fecha: _____ Hora: _____ Sitio: _____